

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**

Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



ISSN 1981-2566

**UMA EXPERIÊNCIA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO NA CIDADE DO RIO  
DE JANEIRO: A REDE DE PROTEÇÃO AO EDUCANDO**

Marise Cabral de Oliveira Maciel - 6ª CRE – marise\_maciel@uol.com.br

Lys Teixeira de Alvarenga - 6ª CRE – lysalvarenga@hotmail.com

Viviane Nascimento de Oliveira - 6ª CRE – vno.psi@gmail.com

Tereza Cristina da Motta Ribeiro - 6ª CRE – tecribeiro@yahoo.com.br

Iniciamos essa exposição pontuando que na medida em que vai se cumprindo o exercício da escrita a respeito de um trabalho, temos uma possibilidade rica de (re)vê-lo. Nesta perspectiva, uma primeira questão que se coloca é pensar o sentido de nossas intervenções, isto é, a serviço de quê, o que se visa e o modo como a fazemos.

Estas questões que dizem da ética do trabalho são imprescindíveis quando estamos tratando da psicologia no campo escolar - o que não significa dizer que isto não está colocado em toda e qualquer atuação profissional. Mas aqui temos o cuidado de alertarmos (e a nós mesmos) dos riscos que é um psicólogo no território escolar no exercício de sua prática, haja vista que não podemos desconsiderar os ideários construídos a partir do encontro da Educação e Psicologia - produzidos historicamente.

Ideários esses que apontam para uma política de educação compensatória e legalista, estruturada numa naturalização dos encaminhamentos a especialistas; por vezes, da imposição de um tratamento médico/medicalização como condição para o acesso e permanência na escola; da relação de determinação de elementos extra-escolares nas dificuldades de aprendizagem e no fracasso escolar (privação cultural e econômica, violência urbana, dinâmica familiar, desnutrição, deficiências físicas, dentre outras); dos discursos, ratificados por laudos, que vão se desenhando como profecias a respeito dos alunos.

Por esses motivos o presente trabalho veio à luz, num esforço de pensarmos nas convocações que nos são feitas, enquanto psicólogos atuando no campo da educação e ainda, do lugar que ocupamos. Mesmo por que o trabalho da Rede de Proteção ao

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Educando na cidade do Rio de Janeiro é relativamente recente, tendo seu início em 2007.

Cabe-nos, portanto, uma posição crítica e sempre atenta a respeito do “poder outorgado aos psicólogos numa instituição pública da importância e da complexidade da escola” (Patto, 1997, p. 7).

Para iluminar essa e outras questões, traremos à discussão a experiência da Rede de Proteção ao Educando/RJ, mais detidamente da equipe que está ligada à 6ª Coordenadoria Regional de Educação.

### **A Rede de Proteção ao Educando: percurso e percalços**

A Rede de Proteção ao Educando (RPE), implantada em 2007 na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, é um projeto de atuação conjunta entre duas secretarias, a de Educação e a de Assistência Social, cujo foco de trabalho são as escolas da rede pública municipal. A equipe é composta por profissionais da área de psicologia e serviço social, sendo os psicólogos lotados na Secretaria Municipal de Educação e os assistentes sociais na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Esta configuração já nos coloca diante de impasses, considerando que, por vezes, as direções de trabalho de ambas as secretarias pouco se tocam - capilarizadas nas Coordenarias Regionais de Educação (CRE) e nas Coordenadorias de Assistência Social (CAS). Não há uma gerência única, embora estejamos num momento de esforço para que a gerência de cada categoria (psicólogos e assistentes sociais) possa ter como agenda a constante discussão das diretrizes que norteiam o trabalho da RPE. Mas sabemos que a interdisciplinaridade intrínseca a esse projeto não é simples e nem se dá de forma natural, e de certo modo sofremos a incidência disso no cotidiano do trabalho.

Aliado a essa questão, passamos por um período de mudanças na educação pública municipal, em consequência de transformações no cenário político da cidade no início de 2009: outros gestores e novos modos de operar. Esse reordenamento recai também no cotidiano escolar, que primeiramente, passa por uma intensa desorganização, até que possa novamente "entrar no eixo".

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



Considerando o panorama da gestão da educação na cidade do Rio de Janeiro - subdividida em 10 (dez) Coordenadorias Regionais de Educação/CRE - pontuaremos o trabalho da equipe da RPE, mais especificamente dos psicólogos da 6ª CRE. Esta abrange a região composta por 9 (nove) bairros, mais de 70 (setenta) comunidades; o que já diz por si só da extrema vulnerabilidade em que vivem os seus moradores. São grandes áreas de invasão, zoneamento desordenado, marcadas pela violência, bem como por apresentarem um dos menores IDH da cidade do Rio de Janeiro (o Índice de Desenvolvimento Humano tem como objetivo mensurar as condições de vida da população a partir de três dimensões: educação, renda e saúde). O IDH do Rio de Janeiro, varia entre 0,9, bairros do Leblon, Gávea, e 0,6, bairros de Acari, Pavuna, Costa Barros, sendo estes últimos justamente os que fazem parte da área de atendimento da 6ª CRE.

A 6ª CRE tem o papel de coordenar o trabalho de 18 creches e 77 escolas (da educação infantil ao ensino fundamental), totalizando 95 unidades escolares. Trata-se de uma área marcada pela precariedade de recursos públicos, seja do ponto de vista da saúde, seja da cultura e lazer.

A equipe da RPE ligada à 6ª CRE é composta por 7 psicólogas e 7 assistentes sociais (estes últimos ligados, ainda, a 6ª CAS). Para a operacionalização do trabalho, esta equipe subdividiu-se em duas mini-equipes, cada qual servindo de referência a áreas específicas (complexos/bairros). Importante sinalizar que essa equipe é composta ainda por duas articuladoras RPE-CRE, que exercem papel fundamental para a sustentação do trabalho.

Passemos ao percurso da RPE/6ªCRE e o modo como vem se constituindo e se instituindo, caminho esse com diferentes ordens de atravessamento. A começar pelo nome, "Rede de Proteção ao Educando", que coloca em evidência o sujeito/aluno ali em questão - depositário de tudo o que não vai bem na escola. Não é por acaso, que a primeira indagação que nos faziam as equipes escolares era: "quando vão atender o aluno?". Dizemos isso no pretérito, considerando que após um árduo trabalho (que ainda continua) esse cenário vem se modificando.



Esse deslocamento do foco “aluno” vem ocorrendo após um intenso exercício de interrogação do que seja o trabalho do psicólogo no campo da educação. Se primeiramente começamos claudicantes, sem muitas definições da natureza dessa atuação, hoje podemos traçar as direções do trabalho e de certo modo sustentá-las; fruto de incansáveis discussões fundamentadas na produção do conhecimento da área, da própria experiência, bem como de outras.

Foi assim que de uma atuação restrita a determinadas escolas da área, sob a égide do projeto "escolas prioritárias", pudemos avançar (no sentido de uma movimentação) para o que hoje nomeamos como "Plantão Institucional". Cabe ressaltar que esse desenho de trabalho teve sua inspiração na experiência do Plantão Institucional desenvolvido por psicólogos do Serviço de Psicologia Escolar do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Quando falamos de inspiração se trata, de fato, de reconhecer de onde parte a lógica que nos tem norteado na construção de uma via possível de trabalho na Rede de Proteção ao Educando. Cabe a ressalva, que a escolha do nome veio marcar uma ruptura em relação a um certo modo de agir que direcionava nossa atuação até então. No entanto, temos clareza das peculiaridades/diferenças do nosso trabalho no que diz respeito ao que vem sendo realizado na USP.

Como citado anteriormente, o projeto inicial da RPE apresentava como direção o trabalho em algumas escolas específicas, intituladas prioritárias. Nessa perspectiva, inicialmente, contavam como critérios para a escolha das referidas escolas o índice de evasão escolar, o percentual de alunos com Bolsa-Família e a localização em áreas de risco.

Definidas as escolas, cada dupla de profissionais (psicólogo e assistente social) ficava responsável pelas ações a serem desenvolvidas, de acordo com o cenário encontrado nas mesmas. Cada equipe possuía horários fixos semanais de permanência na instituição. Dessa vinculação ao espaço escolar derivaram-se as mais variadas demandas endereçadas aos psicólogos e assistentes sociais “da escola”, sendo que a maior parte dos pedidos relacionava-se com o desempenho escolar e os problemas de

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



indisciplina.

Ao longo do trabalho pudemos perceber o equívoco inerente a este modo de atuação, que vinha responder a um certo apelo em localizar fora do espaço escolar as questões relativas ao próprio cotidiano da instituição. O esforço consistia em focar a origem das dificuldades enfrentadas, fossem elas de aprendizagem ou comportamentais, nos alunos e sua família. Lugar esse que, de alguma maneira, viemos a ocupar.

Nesse contexto, e cumprindo, de certa forma, nossa “missão” de especialistas, eram formados grupos de alunos e de famílias, sem que conseguíssemos avançar muito além da complexidade das histórias que ouvíamos. Como ir além dessas histórias de vida? Como escutar além do relato da queixa proferida pela escola?

Questões estas que nos produziram inquietações, levando-nos a interrogar o sentido de nossas intervenções e a serviço de quem atuávamos. Momento fecundo de intensas reflexões que nos levaram a (re)pensar uma outra forma de atuação no campo educacional. Nesse momento, a partir de supervisões e estudos no campo, podemos dizer que tivemos um bom encontro: a experiência do plantão institucional da equipe da USP.

A colocação feita por Adriana Marcondes elucidou uma direção possível a ser percorrida e nos reiterou a necessidade de rompermos com as antigas estratégias de atuação: “ser psicólogo e estar na escola é uma faca de dois gumes: produz-se a necessidade de atendimentos individuais, reforça-se a idéia de problemas emocionais, alimenta-se a idéia de patologias individuais, intensifica-se a ilusão de que o psicólogo pode convencer os alunos e familiares a agirem de uma maneira diferente (2006, p.119)”.

Foi, a partir de então, que iniciamos um processo de reestruturação do trabalho e optamos por adotar este dispositivo de atendimento como lógica central, o que veio a trazer diferenças significativas.

O Plantão Institucional entendido como um trabalho interdisciplinar se constitui como dispositivo de atendimento privilegiado de análise das demandas endereçadas pela equipe das escolas à RPE; visando proporcionar um espaço de acolhimento, de escuta,



de reflexão das práticas e também de problematização das demandas trazidas pela escola.

Ao acolher, ao invés de responder a demanda que chega, favorecemos que aquilo que aparece como queixa, como impossibilidade, surja como um novo “saber-fazer” já existente no grupo de educadores. A idéia do plantão, para a equipe de psicólogos da 6ª CRE, é que a equipe esteja sempre disponível a atender às demandas, construindo junto com a escola ações e estratégias pertinentes.

O funcionamento do Plantão Institucional estruturado por nós se dá da seguinte forma: partindo de uma demanda da escola, que nos chega de diferentes maneiras (via relatório, contato telefônico, encontros fortuitos no espaço da CRE, dentre outros), agendamos um horário com a mesma. O encontro acontece fora do espaço escolar, no momento, na sala da Rede de Proteção ao Educando localizada na 6ª CRE (espaço este conquistado recentemente).

A partir do primeiro encontro RPE - Escola são agendados outros atendimentos e, também, quando necessário, combinadas ações que envolvam a nossa ida à unidade escolar. Trata-se, porém, de um atendimento que não mais está calcado nos especialismos, no sentido de que a queixa será formulada pela escola e a nós (psicólogos) caberá a proposição de estratégias para lidar com o que se apresenta como embaraçoso naquela (e para aquela) instituição. Essa outra configuração do trabalho da RPE tem possibilitado que, de fato, aconteça uma construção coletiva, que abra brechas para que a partir de uma situação particular (seja a de um aluno, seja a de um professor, bem como outros atores) possa emergir o que diz respeito à instituição, isto é, o modo de funcionamento institucional. Nesta perspectiva faz-se de extrema relevância explorar a relação entre esse modo de funcionamento institucional e o lugar que é reservado para os laços, para os diferentes modos de subjetivação e relação com o outro.

Ao falarmos de uma construção coletiva é preciso operar na direção de manter aberta a interlocução com outros atores que não apenas a escola (incluindo aqui alunos e família), mas também no apostar em uma articulação intersetorial, envolvendo, dependendo da questão, o trabalho conjunto com a Educação Especial. É preciso

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



convocar os parceiros e produzir encontros/coletividade.

Para uma discussão mais detalhada dos atravessamentos do trabalho, bem como das interlocuções que se fazem necessárias, traremos fragmentos de duas atuações da equipe da Rede de Proteção ao Educando/6ª CRE, a partir do Plantão Institucional.

## A escola a partir do caso

Curiosamente a discussão que trazemos à cena não nos chegou via campo da educação (escola, CRE), mas a partir de um dispositivo de atendimento em saúde mental à crianças e adolescentes, no caso, um CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil). O caso do adolescente nos foi apresentado por este serviço em uma reunião com toda a equipe da instituição e trouxe para a equipe da RPE a questão da educação inclusiva e da construção de uma atuação intersetorial.

Apesar da situação parecer insuportável, tanto para a escola quanto para o adolescente, em nenhum momento foi endereçado qualquer pedido à equipe da RPE. Pelo contrário, para a escola só era possível lidar com a questão de modo disciplinar: a denúncia do adolescente à polícia. Aqui cabe algumas poucas considerações a respeito do modo como esse se apresentava e se relacionava no espaço escolar.

A situação era a seguinte: P., um adolescente de 17 anos, que encontrava na escola em que frequentava sérias dificuldades em relação à sua permanência. Em tratamento intensivo no CAPSi, com histórico de internações psiquiátricas e diagnóstico de esquizofrenia, era ali, naquela instituição escolar, que encontrava uma via possível de relação com o que não era da ordem do patológico. No entanto, a escola - sem qualquer suporte - tendia a entender suas manifestações não como sintomas de seu modo de organização e funcionamento subjetivo, e sim como problemas de indisciplina, de caráter; o que produzia intervenções da ordem de um registro moral e legal. Intervenções essas que lhe afetavam de tal maneira, chegando a interferir em seu trabalho subjetivo de estabilização, culminando em frequentes desorganizações e crises.



Por força de sua psicose lhe era impossível situar-se na partilha dos sexos, nomeava-se às vezes como menina, o que o levava a se colocar numa posição feminilizante. Além disso apresentava idéias de auto-referência e de perseguição, o que o fazia sentir-se visado, bem como, tornava bastante difícil a convivência com os colegas e professores. Estes agiam ora suportando as identificações que lhe eram atribuídas e reagindo de acordo com estas (como se compartilhassem das idéias delirantes do menino), ora respondendo ao comportamento do adolescente como se este fosse apenas fruto de uma vida na malandragem e influenciado por uma suposta opção homossexual. Dessa maneira, produzia-se uma relação imaginária marcada pelo medo, agressão e rivalidade.

Alguns exemplos dessa situação podem ilustrar melhor o que falamos. P. certa vez, quando sua professora chamava a atenção de um outro aluno, entendeu em seu gesto que ela, na verdade, falava dele; imediatamente tomou para si a acusação feita pela professora e passou a agredi-la verbalmente; a mesma, extremamente ofendida, respondeu defendendo-se e exigindo respeito, e, em seguida, decidindo realizar uma denúncia do aluno na delegacia de referência. Em um outro dia comum na escola, mas já após algumas situações conflitantes entre o aluno e a equipe da mesma, P., durante o intervalo, parado próximo ao portão da entrada, cruzou seu olhar com o de uma merendeira. Esta apenas o olhava, mas para ele aquilo representava grande sinal de desconfiança e ameaça, o que fez com ele perguntasse logo a ela: “por que você está me olhando?”; a mesma retrucou que apenas olhava e questionou se havia algum problema nisso, o que foi suficiente para w. agitar-se e responder com ofensas verbais variadas. Mais uma vez ele e sua mãe foram chamados na delegacia.

A escola a todo o momento que era convocada a falar da situação do aluno, dizia do total desconhecimento do que ocorria com o mesmo, mas ao mesmo tempo usava os laudos e declarações emitidas pelo CAPSi para dizer da sua impotência em lidar com a “Esquizofrenia” no espaço escolar. A partir dessa posição, pareceu-nos ocorrer uma desresponsabilização da escola, onde prevaleceu uma lógica de homogeneização, de um não lugar para a singularidade e particularidade do referido aluno. Mantendo-se, assim,

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



um espaço que sustenta e privilegia o igual e o ideal.

Diante da complexidade da situação, bem como de sua gravidade, o lugar de tratamento desse adolescente nos convocou a intervir, no sentido de um trabalho junto à escola, que viesse a possibilitar a sua permanência na rede de ensino.

Como se tratava de uma relação que naquele momento também não era possível para a escola - tamanho o seu estranhamento em relação ao adolescente e sua mãe, o esgarçamento dos laços e a dificuldade de reposicionar-se - foi pensada coletivamente (RPE - CRE - CAPSi), como primeiro passo, a transferência do mesmo para outra escola. Claro que com a tentativa de que a escola anterior pudesse recolher os efeitos de sua indisponibilidade - o trabalho com esta não encerraria com a saída do aluno.

Sobre isso cabe uma colocação: se num primeiro momento a escola colocou barreiras em relação a um trabalho de reflexão, junto à RPE; após um processo judicial contra a instituição (movido pela própria mãe do aluno), logo se mostrou "disponível", trazendo ao plantão institucional uma listagem de "alunos-problemas" - o que é preciso transformar em material de trabalho.

A transferência de escola foi realizada após um trabalho não só com aluno e mãe (por parte do CAPSi e da equipe da RPE) mas também, e fundamentalmente, com a escola que o receberia. O nosso papel ali era mediar essa entrada, pensá-la não como uma mera efetivação da matrícula, mas como a construção de um lugar possível para esse sujeito nessa instituição e no ensino.

Trabalho esse de extrema delicadeza, ao considerarmos que é preciso chegar na escola sem criar um alarde e assim, fertilizar o campo imaginário dos atores da escola em relação ao aluno que se recebe, ao mesmo tempo em que a simples informação sobre o mesmo não garante que algo ali na instituição opere para a real acolhida. Falamos aqui da importância de uma transmissão, que se dá para além da palavra e está colocada ali na ação, isto é, num posicionamento da equipe da RPE diante da escola, que diz de uma presença.

Uma colocação elucidada o norte desse trabalho: "valemo-nos de uma atitude, de um posicionamento, de uma ética da presença: estaríamos com a escola, colocando

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



nosso saber e nosso fazer à disposição dessa 'aventura pedagógica' e nos comprometendo com a construção de uma trajetória de formação nossa e da escola neste trabalho. Construção coletiva, portanto, evitando-se tanto a diluição de responsabilidades quanto a omissão diante do desconhecido ou do imprevisto" (Vicentin, 2006, p.168).

Nesse caso - e em tantos outros que ainda estão por vir - cabe pensar junto com a escola que há diferentes modos de constituição e funcionamento do sujeito, o que colocará para o cotidiano escolar alguns embaraços (seja no campo do aprendizado, seja na dimensão de socialização), que não devem ser tomados como um a menos do sujeito, um déficit que deverá ser medido e corrigido sob o registro de um funcionamento normal, ideal.

Nesta perspectiva, a possibilidade de circulação da palavra na ocasião dos encontros com a equipe escolar, teve uma função importante nesse trabalho, haja vista que puderam reconhecer que acolher esse adolescente colocava em cena a imprevisibilidade dos acontecimentos, o que exigiria novas respostas, sendo preciso ir para além do lamento em relação àquilo que não vai bem - lógica essa presente não apenas nesse caso, mas nas situações de impasse para a escola, de modo geral (Barros, 2008).

Além desse acolhimento do que emergia para a escola diante daquele que estava prestes a receber, consideramos fundamental os encontros com a família do mesmo. Era preciso acolher a família e reconhecer a legitimidade da sua fala diante das situações enfrentadas, no caso, pela mãe e pelo aluno, na relação conturbada com a escola onde o mesmo estava inicialmente matriculado, para, daí, trabalharmos as questões que entram em jogo quando falamos da escolarização de pessoas com graves transtornos mentais.

Interessante pontuar, e o que nos aparece como importante analisador do trabalho realizado, foi que num dos encontros fortuitos com a direção da escola no espaço da CRE, interrogamos sobre como estava o referido adolescente na escola e o diretor, sem saber a quem nos referíamos em nossa fala, respondeu: de que menino vocês estão falando? Fala essa que diz mesmo de uma inclusão (e não de uma

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



negligência), visto que temos notícias de que, de fato, nesse momento, o adolescente faz parte da rede de ensino/escola.

A outra situação que traremos à discussão sinaliza para o importante papel da equipe de RPE na construção de espaços em que a escola possa se interrogar sobre o que inicialmente apresenta como queixa; possibilitando que algo se opere a partir dos encontros RPE-escola que possam produzir deslocamentos em seus discursos.

Um dos encontros com a direção de uma escola, em específico, nos remeteu a esta questão de modo mais marcante: a escola, representada pela diretora num primeiro momento, demandava algum tipo de atendimento a uma criança considerada “estranha” e que causava angústia na equipe devido a sua recusa em falar e ao seu isolamento. Cabe acrescentar que esta é a segunda escola freqüentada pela criança, sendo que na primeira também se tinha a idéia de "diferença", pela mesma questão elucidada anteriormente.

Ao longo da construção da história desta menina e seu percurso na educação, diferentes atores da escola vieram a somar elementos que só vinham a ratificar a “esquisitice” da mesma. Havia um esforço, por parte da escola, em elencar cada estranhamento em relação ao comportamento da criança, tudo apontando para um possível transtorno psiquiátrico. Neste contexto é importante apontar que os encontros não se deram apenas com a direção da escola, mas também com algumas professoras (a da criança, bem como outras professoras que se interessaram em fazer considerações a respeito da mesma).

As indicações da escola - seja em relação ao comportamento da menina, seja sobre o seu irmão (aluno da mesma instituição de ensino), ou ainda, em relação ao pai das crianças, que no passado já tinha sido aluno de uma das referidas professoras - pareciam manter uma função para a equipe escolar: o de apaziguar a angústia frente a uma criança que mal fazia uso da linguagem para se comunicar. Vale ressaltar que esta não utilização da fala restringia-se ao ambiente escolar; haja vista que fora desse contexto não havia qualquer observação dessa ordem.

A partir de então, o campo imaginário da escola tinha como trabalho constante o

**IX CONGRESSO NACIONAL  
DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL  
ABRAPEE**  
Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
**6 a 8 de julho de 2009**  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



justificar desta posição da criança, passando pela consideração de que o pai era um sujeito limitado, quase um quadro de "retardo", até uma suposta situação de maus-tratos, visto que vizinhos davam notícias de que esse mesmo pai era agressivo na relação com a mãe e por dedução, com os filhos.

A partir da tomada desta escola em plantão - isto é, em trabalho - e do atendimento da mãe como um desdobramento deste, produziu-se um deslocamento da queixa e da demanda de tratamento da criança para sua mãe. A menina, na sua recusa em falar, encaminhou a mãe para um lugar de fala que, para ela, parecia antes interdito ("ela não podia falar").

Foi então que pudemos desconstruir com a equipe escolar os sentidos cristalizados a respeito da aluna e de sua família e abrir espaço para novas possibilidades de olhar e de se relacionar com os mesmos. Vários elementos nos apontam para uma certa precariedade das escolas em escutar, de fato, seus alunos e seus familiares, assumindo uma posição de conter o mal-estar com elementos que muitas das vezes estão para além da relação que acontece ali mesmo, na escola. É interessante pensar que após alguns encontros (com a escola e com a família da criança) a direção pôde recolher como efeito, bastante surpresa: "ela fala!", a partir de um endereçamento de uma fala, por parte da menina à diretora - o que segundo ela não ocorria.

Por se tratar de um questão que ainda estamos trabalhando com a escola, ainda não sabemos o que de fato se operou aí, de forma que, de uma criança que recusava-se a falar e pouco interagia com os outros, abriu-se um espaço de comunicação entre aluna-escola-família, que parecia pouco explorado. Neste momento, estamos às voltas com o modo como transmitiremos à escola que algo afetou a aluna que a permitiu falar, que não se trata de um "passe de mágica" ou uma mudança decorrente apenas da atuação de "especialistas".

É preciso pensar, junto com a escola, o que ocorreu nesse caso, o que coloca em trabalho o modo de funcionamento institucional, a sua possibilidade de construir uma relação possível também com aquele aluno que não fala, que causa angústia, que a desafia, no sentido de uma movimentação, de uma busca de saídas possíveis. Mais uma



vez, pudemos estar juntos com a escola, e não fazer o trabalho que cabe à ela, mesmo por que nada se pode concluir, há sempre uma dimensão de enigma, algo que não se pode predizer e direcionar de antemão.

### **Considerações finais:**

O que expõe este estudo é, certamente, apenas um recorte de um trabalho ainda em construção. De forma alguma propomos aqui conclusões definitivas sobre a atuação do psicólogo no campo educacional, mesmo em se tratando especificamente da equipe de psicólogos da Rede de Proteção ao Educando/6ª CRE. Antes de tudo, é um esforço de reconstrução de um percurso, permanentemente em (re)estruturação, que como expomos no início, na medida em que nos faz (re)vê-lo, permite que novas reflexões e possibilidades se descortinem.

Temos o papel aqui de nos prestar a uma posição que acolha e suporte a queixa, o lamento, aquilo que se apresenta como impossibilidade, que só faz sofrer a equipe escolar/aluno, e a partir de então provocar (no sentido de uma afetação, e não de confronto) a relação da escola com sua própria queixa. Provocar o que ela tem de implicação naquilo do que vem falar, o quê, daquilo em que não se reconhece, em que localiza fora, tem de produto de seu próprio trabalho. Provocar o que coloca em cena, em cada situação discutida, a questão da imprevisibilidade dos acontecimentos.

Nesse processo, às voltas com o nosso saber e nosso fazer, algumas questões se colocam quando pensamos a relação da psicologia com a educação: Como não intensificar as esperanças, ilusões e faltas com nossas ações? Como ajudar a escola a acolher e lidar com o fracasso, dando-lhe um outro estatuto? Como singularizar o aluno no campo escolar sem reanimar a idéia de que o problema encontra-se localizado ali em seu corpo? E mais, como trabalhar no sentido de marcar a singularidade, escapando da lógica da universalização da educação sob a égide do ideal? Questões essas das quais não podemos nos furtar ao nos lançarmos nesse trabalho.

# IX CONGRESSO NACIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL ABRAPEE

Construindo a Prática Profissional na Educação para Todos  
6 a 8 de julho de 2009  
Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo - SP



## Bibliografia

ANGELUCCI C.B., & Lins, F.R.S. (2007). *Pessoas significativamente diferentes e o direito à educação: uma relação atravessada pela queixa*. In : Souza, B. P. (Org.) (2007) *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

BARROS, M. R. C. R. (2008). *A exceção faz a regra?* Laboratório Práticas de Conversação, Décima terceira lição Orientação Lacaniana III, 10, 26 de março de 2008, Rio de Janeiro.

MACHADO, A.M. (2006). *Plantão Institucional: um dispositivo criador*. In: Machado, A.M., Fernandes, A., & Rocha, M. (2006) *Novos Possíveis no encontro da Psicologia com a Educação* (v. 1). São Paulo: Casa do Psicólogo, v.1.

PATTO, M.H.S. (1997). *Introdução à Psicologia Escolar* (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

VICENTIN, M.C.G. (2006). *Transversalizando saúde e educação: quando a loucura vai à escola*. In: Machado, A.M., Fernandes, A., & Rocha, M. (2006). *Novos Possíveis no encontro da Psicologia com a Educação* (v. 1). São Paulo: Casa do Psicólogo, v.1.